

## **O Dilema dos Órfãos ( o debate Lula – Collor na TV) (1989)**

Simon Schwartzman

O debate dos candidatos pela televisão no dia 3 impressiona não tanto pelo que foi dito, como principalmente pelo que ficou de fora. Ambos falaram, com pequenas diferenças de ênfase, dos problemas da inflação, da dívida interna e externa, do capital especulativo, da saúde, da distribuição de renda, da reforma agrária, da crise fiscal, e da desorganização e ineficiência do Estado. Lula mostrou ter muito mais sensibilidade do que Collor para as dificuldades que o futuro governo irá enfrentar, e para a necessidade do diálogo, da negociação e da abertura de perspectivas que se impõem. Defender os interesses de um setor da sociedade, como se faz em um sindicato, é uma coisa; pensar no país como um todo é algo muito diferente, e é evidente que, com a perspectiva do poder, Lula vem aprendendo rapidamente esta lição. Collor, por seu lado, explora com competência o medo de tantos de que este aprendizado não seja autêntico ou suficiente, de que Lula não consiga superar os limites do pequeno círculo de militantes que o cerca, e, se eleito, faça um governo de irrealismo, confrontação, radicalismo e intransigência. A postura de Collor, no entanto, ao proclamar uma linha direta de entendimento com a nação brasileira como um todo, lembra uma longa e desastrosa tradição plebiscitária de caudilhos que gostaríamos ver enterrada para sempre. Foi bom ouvir Lula mencionar o desastre das bravatas de Alan Garcia (que começou, como sabemos, suspendendo o pagamento da dívida e nacionalizando os bancos no Peru), assim como foi preocupante ouvir Collor citar o apoio que recebe dos "descamisados", em um tributo inesperado ao peronismo.

O que faltou a ambos foi qualquer referência ao fato de que a crise brasileira não se explica somente pelos equívocos dos governos militares, pela incúria da "nova república", pela ganância dos especuladores ou dos bancos internacionais, mas pelo fato de termos perdido o pé na tentativa de acompanhar as grandes transformações econômicas, científico-tecnológicas e políticas que caracterizam este final de milênio. É claro que, em termos gerais, ambos diriam que são a favor da modernização econômica, da educação, do desenvolvimento científico e tecnológico, e assim por diante, e poderiam até apontar itens em seus programas sobre estas

coisas. Mas a ausência destes temas no debate mostra que estas questões não motivam, não têm densidade política, e que por isto correm o risco de jamais serem enfrentadas.

Tomemos a questão da educação, de que ninguém falou. Um país de dezenas de milhões de analfabetos funcionais como o nosso não tem a menor chance de aumentar sua produtividade de forma significativa nem de participar de forma eficiente e competitiva do mundo contemporâneo. Hoje temos em todos os estados enormes burocracias educacionais que, em Minas Gerais e São Paulo, por exemplo, chegam a centenas de milhares de funcionários. Além da falta de recursos e do clientelismo que assola estas burocracias, elas padecem de um mal fundamental e insanável, que é a asfixia administrativa que impõem ao funcionamento cotidiano das escolas, e à sua integração efetiva às comunidades em que funcionam. É claro que, se todas as crianças estivessem em lindas escolas com excelentes professores em período de turno completo (uma versão romântica do que seriam os CIEPS de Brizola, agora endossados por Lula e também elogiados por Collor - quem pode ser, afinal, contra boas escolas para as criancinhas?), o problema estaria resolvido; mas a questão, naturalmente, é como chegar lá no volume, na qualidade e na rapidez necessárias, e de forma compatível com as necessidades da vida quotidiana dos estudantes. Para que algo efetivo possa ser tentado na área educacional seria necessário, primeiro, vontade política; segundo, disposição para enfrentar e desmontar os vícios corporativos e burocráticos das administrações escolares, que alcançam a maior parte de nossos cursos de pedagogia e as deformações profissionais e intelectuais que propagam; terceiro, capacidade de mobilizar recursos humanos, organizacionais e financeiros em grande escala; e, quarto, clareza sobre os objetivos a atingir. Lula, que tem a seu lado militantes ativos e bem intencionados na área da educação em todos os níveis, corre o risco de ficar prisioneiro e não ser capaz de desmontar a "sociedade organizada" que hoje contribui para congelar nossas burocracias educacionais e impedir seu progresso. Collor, por tudo que sabemos, nunca chegou a tratar do assunto.

Raciocínio semelhante vale para a área de ciência e tecnologia. A "nova república" deixou à míngua a incipiente comunidade científica que se formou no Brasil à sombra dos governos militares, principalmente no período Geisel. Existe um problema urgentíssimo a ser resolvido, que é o de impedir sua liquidação iminente, e aqui Lula parece ser mais sensível à área científica e universitária do que Collor, ainda que a participação intensa do PT na

sindicalização recente das universidades brasileiras e a consequente pressão populista pelo nivelamento por baixo sejam causas de preocupação. As questões de ciência, tecnologia e educação superior não podem ser enfrentadas pela simples retirada do Estado e a entrega do ensino e da pesquisa "ao mercado", como querem alguns, mas tampouco prescindem de uma avaliação realista e dura de nossas possibilidades efetivas de participação em um sistema internacional que tem nos deixado para trás em velocidade vertiginosa nos últimos dez ou quinze anos. É preciso muito mais do que recuperar os cofres da FINEP e do CNPq, ou garantir o controle destas instituições pelos diretamente interessados, funcionários e pesquisadores, e aqui, novamente, resta a dúvida de se um governo Lula teria a percepção e a decisão política de superar os interesses criados e abrir novos horizontes. Quanto a Collor, ainda não disse a que veio.

Seria possível fazer o mesmo tipo de análise quanto à política industrial, à política externa, à política de meio ambiente, e à política urbana. Tudo o que temos, em cada uma destas coisas, são no máximo um punhado de boas intenções, algumas convicções frequentemente antigas e ingênuas do lado de Lula, e um grande ponto de interrogação do outro lado. Quem será capaz de ouvir, quem será capaz de aprender e de se mobilizar com estas questões é a dúvida que assola os 60% de eleitores órfãos que não votaram nem em um nem em outro no primeiro turno e para os quais, infelizmente, não existem respostas neste momento.

---

Simon Schwartzman é presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia, e professor da Universidade de São Paulo.